

## OS EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS E A POLÍTICA EDUCACIONAL DO ESTADO BRASILEIRO PARA O NÍVEL SUPERIOR DE ENSINO NA ATUALIDADE

Lúcia Maria Wanderley Neves\*

**RESUMO:** Breve análise das propostas educacionais dos empresários industriais brasileiros, reunidos na Confederação Nacional da Indústria - CNI, para o ensino superior brasileiro, ao longo dos anos 80 e início dos anos 90.

Desde os primórdios do processo de industrialização, vem ocorrendo, no Brasil, uma divisão de trabalho entre Estado e empresariado industrial em relação à qualificação da força de trabalho.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que entre os anos 40 e 60 o Estado responsabilizou-se pela formação de quadros especializados para a produção industrial que então se consolidava, bem como pela formação de pequena parcela dos quadros intermediários da indústria - escolas técnicas - e, ainda, por uma escolarização de mais ampla camada de trabalhadores urbanos, industriais ou não, através da expansão da rede pública de ensino fundamental.

Já os empresários industriais, organizados em torno da Confederação Nacional da Indústria - CNI -, tomaram a si, diretamente, a formação técnico-política de uma fração da força de trabalho destinada às tarefas industriais de execução - auxiliares técnicos, operários qualificados, empregados administrativos e auxiliares diversos, através de um sistema paralelo e complementar de formação profissional - o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI<sup>1</sup>.

As políticas modernizantes implementadas pelo Estado militar-tecnocrático, ainda nos anos 60 e aprofundadas nos anos 70, ao demandarem um aumento da produtividade social do trabalho, impuseram um reordenamento e um aprofundamento daquela divisão de trabalho: assim, as universidades brasileiras passaram a se constituir além de instâncias de formação de quadros especializados para a produção, em instâncias, também, de produção do conhecimento científico e tecnológico - principal força produtiva do capitalismo em sua fase monopolista - responsabilizando-se o Estado desse modo diretamente pelo desempenho desta

\* Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino do Centro de Educação da UFPE.

<sup>1</sup> Se bem que inicialmente o SENAI tenha se destinado à formação de aprendizes já engajados no processo produtivo, pouco a pouco foi passando a se dedicar, prioritariamente, à formação de quadros intermediários da indústria.

nova tarefa e dividindo então com a iniciativa privada a sua tarefa anterior de formação de quadros especializados.

Ao Estado militar-tecnocrático coube, portanto, entre os anos 70 e 80 a preparação da força de trabalho especializada para os setores modernos da economia e a execução de uma política científica e tecnológica necessária à reversão do modelo de substituição de importação, promovendo, nesse sentido, a expansão da pós-graduação nas universidades brasileiras. Por seu turno os empresários, através do SENAI, patrocinavam a modernização do seu sistema paralelo de ensino, com vistas a atender às demandas da racionalização do trabalho requerida pelo nível tecnológico da produção industrial, progressivamente internacionalizada.

O esgotamento do modelo de substituição de importações, entretanto, a introdução de novas tecnologias no processo produtivo em nível mundial e local, o emprego de métodos mais racionalizados de organização do trabalho, bem como as mudanças recentes nas relações de poder em nosso país, - expressas pela consolidação da democracia política como forma de governo, pelo fortalecimento da organização autônoma da sociedade civil - começam a demandar, já nos finais dos anos 80, uma nova divisão de trabalho entre Estado e empresariado industrial, na preparação da força de trabalho nacional, com repercussões diretas na definição da política educacional para o nível superior de ensino.

O empresariado industrial que até então, beneficiado pelo autoritarismo vigente, estava em sintonia com o Estado na definição da política de qualificação profissional, começa a enfrentar durante o processo de abertura política, a oposição organizada, em particular da ANDES e da SBPC, às suas propostas para a educação nacional, especialmente no que diz respeito à direção a ser tomada pela educação de nível superior.

O surgimento de propostas alternativas na sociedade civil fez com que os empresários industriais se organizassem, também, para tentar tornar hegemônico seu projeto educacional no estado estrito senso e na sociedade civil, em função do que passariam a difundir amplamente suas diretrizes para a educação brasileira e, em particular, para o ensino de nível superior.

Em maio de 1988, em pleno processo de elaboração da nova Constituição, a CNI lançou um documento "Competitividade Industrial - uma estratégia para o Brasil" -, no qual o mesmo delineava os pilares de uma política tecnológica, incluindo aí diretrizes para uma política de "formação de recursos humanos", que orientaram seu "lobby" na definição dos princípios constitucionais relativos à ciência e à tecnologia e à educação.

Àquela ocasião, os empresários industriais já postulavam "a efetivação de uma Política Tecnológica capaz de garantir o aumento da competitividade da indústria brasileira", por intermédio "de um esforço substantivo de melhoria da qualificação de recursos humanos do país" através da execução de uma política "de formação de mão-de-obra de nível superior" que buscasse "uma maior integração universidade-empresa". Ficou patente, então, uma mudança de foco das prioridades do atual empresariado, consubstanciada numa intervenção mais incisiva na definição e na

execução das políticas públicas para o terceiro grau de ensino.

Este maior intervencionismo empresarial em relação às políticas estatais para o ensino superior, estendendo-se também às políticas públicas para a ciência e a tecnologia, foi traduzido nas seguintes diretrizes: maior rigor na transferência de recursos para o sistema de ensino público (envolvendo a participação direta das empresas privadas nas decisões sobre o destino dos recursos); identificação de Centros de Excelência Universitária; melhores condições para a integração dos docentes fora da universidade (o corpo docente deveria ter maior grau de liberdade para participar de consultorias externas sem descaracterizar o seu engajamento como professor de tempo integral); criação de conselhos em centros de pesquisa com participação empresarial e poder de influência sobre linhas estratégicas de pesquisa; participação empresarial nos órgãos do Governo responsáveis pela formulação da Política Tecnológica; definição de metas para centros de pesquisa que implicassem em uma maior dependência de venda de serviços; redefinição de funções e objetivos dos institutos de pesquisa tecnológica, inclusive sob controle de governos estaduais, em direção a uma atitude empresarial, e, ainda, redução das restrições burocráticas à contratação de serviços.

Relacionando essas metas da CNI com alguns dos resultados dos embates travados no processo constitucional, é - nos possível avaliar a força política do empresariado brasileiro na definição das políticas educacional, científica e tecnológica do Brasil de hoje. A manutenção do sistema dual de ensino superior, e assim, a rejeição da proposta democrática de padrão único de qualidade para as instituições de nível superior, a manutenção do sistema paralelo de formação de quadros intermediários da produção sob a orientação patronal, bem como a rejeição da proposta de promoção e incentivo, pelo Estado, de autonomia tecnológica, são exemplos claros desse poder.

As tentativas de intervenção mais direta do empresariado industrial na definição da política educacional estatal de nível superior não se esgotaram nesse importante momento político nacional. O resultado das eleições diretas para a Presidência da República, reforçando posições favoráveis ao desenvolvimento, pelo Estado, de estratégias econômicas e políticas neoliberalizantes, incentivou a que novamente estes sujeitos políticos coletivos - agora com maiores chances de terem suas propostas viabilizadas na prática estatal - se dirigissem ao governo, à sociedade, e, "em especial ao meio acadêmico", com uma "Proposta para um Brasil Moderno"<sup>2</sup>, no qual a clareza de seus propósitos e de suas metas, certamente, ajudarão a nós - meio universitário - a entender a atual situação de crise dos órgão de fomento à pesquisa científica e tecnológica, o esvaziamento dos recursos destinados às universidades públicas pelo governo federal, assim como o significado político da emenda constitucional sobre autonomia universitária enviada pelo executivo central ao Congresso Nacional, ou mesmo, a liberação de novos recursos para o crédito educativo.

<sup>2</sup> FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Livre para crescer: proposta para um Brasil moderno: sumário executivo*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990. 45p.

Em relação às políticas sociais, a "Proposta para um Brasil Moderno" recomenda que "o nível desejável de participação estatal na produção e na distribuição dos bens públicos e semi-públicos (educação, saúde, segurança, justiça, infra-estrutura de transportes... comunicação, serviços de água e esgoto, seguridade social e habitação de baixa renda)" se coloque na dependência da eficiência relativa com que o Estado vier a ser capaz de produzi-los e de sua função social, no sentido de garantir o acesso desses bens àquelas áreas ou segmentos sociais que não possam ter acesso aos mesmos diretamente da produção privada.

Por esse caminho, a FIESP entende que as decisões estatais, ao passarem a ser ditadas por critérios de eficiência e de redistribuição de renda, deverão envolver, necessariamente, a "privatização, no sentido de participação privada na produção de bens públicos"; a "reformulação dos critérios de cobrança de preços e tarifas desses bens", a "descentralização de serviços, aproximando produtos e consumidores", assim como a "liberdade de escolha do cidadão entre o mesmo serviço produzido pelo Estado e pela iniciativa privada".

Dentro dessa perspectiva privatista, os empresários reconhecem que "a prioridade máxima do setor público na área social deve ser a formação de capital humano em todos os níveis, através da adoção de políticas de educação, treinamento, saúde e planejamento familiar e postulam também que "os recursos públicos disponíveis devem ser alocados prioritariamente no atendimento de crianças e adolescentes que vivem em família de baixa renda".

Reconhecem, ainda, que "a gratuidade do ensino público superior é injustificável, havendo meios muito mais diretos para assistir ao estudante carente, como bolsas de estudo e crédito educativo"<sup>3</sup>. Além disso, chegam também a propor como diretriz para a melhoria de qualidade do ensino superior "a conversão de boa parte da rede privada em escolas técnicas e profissionalizantes" apresentando como justificativas o "preenchimento de uma lacuna muito importante no sistema educacional brasileiro" e a "recuperação do valor de um dos títulos universitários".

No que diz respeito à política científica e tecnológica, os empresários industriais reconhecem o investimento direto estrangeiro como "elemento essencial para a difusão tecnológica na indústria brasileira". Devido ao "aumento da propensão a exportar" das multinacionais, estas se configurariam em importante veículo de modernização do parque industrial.

Coerentes, pois, com sua política de abertura da economia para o exterior, os empresários industriais, na atualidade, estão a dispensar o conhecimento científico e tecnológico produzido pelas instituições de pesquisa em âmbito nacional<sup>4</sup>. As universidades brasileiras abdicariam de seu papel de produtoras de conhecimento científico e tecnológico, para se concentrarem no seu papel de fornecedoras de

---

3 Vários estudos têm demonstrado que estes mecanismos vêm se constituindo, ao longo das duas últimas décadas, em importantes subsídios à manutenção e expansão da rede privada de ensino, confessional ou leiga.

4 Em momento algum o texto da FIESP faz referência à palavra ciência.

quadros especializados para a produção nacional associada e dependente.

Aliás, a preocupação do nosso empresariado na "era da modernidade" quanto à educação nacional, recai, exclusivamente, sobre a formação de "capital humano", priorizando dois eixos: a elevação do patamar mínimo de conhecimento da massa trabalhadora, patrocinada pelo Estado, e o treinamento de quadros especializados para a produção industrial, aptos a operar as inovações tecnológicas transferidas para o território nacional pelas empresas transnacionais, sob a responsabilidade do empresariado leigo do ensino, que oferece menores resistências à subordinação do nível superior de ensino aos desígnios do capital do que a comunidade acadêmica das instituições universitárias públicas, pluralistas que são na sua essência.

O movimento docente que historicamente vem defendendo uma universidade autônoma, voltada para a resolução dos problemas nacionais, deve se mobilizar no sentido de se contrapor a essa estratégia empresarial que, ao mesmo tempo em que reforça o elitismo educacional, põe em risco o esforço nacional já operado na direção de um desenvolvimento auto-sustentado.

#### **REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA**

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Livre para Crescer: proposta para um Brasil moderno: sumário executivo. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1990. 45 p.

#### **BIBLIOGRAFIA**

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Competitividade industrial: uma estratégia para o Brasil. Rio de Janeiro: CNI, 1988. 39 p. il.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. A hora e a vez da escola pública?: um estudo sobre os determinantes da política educacional do Brasil de hoje. Rio de Janeiro 1991. 346 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, UFRJ, 1991.